



Desconfinadas as pessoas, desconfine-se a economia



Manuel Reis Campos
Presidente da CPCI e da AICCOPN

Com um esforço coletivo muito grande, por parte de cidadãos, de empresas e de entidades públicas, foi possível alcançar os objetivos necessários em matéria de controlo do surto pandémico que nos permitem, agora iniciar o desconfinamento do País.

Porém, este desconfinamento não se pode traduzir, apenas, no aliviar de algumas restrições individuais, mantendo-se a atividade económica e o investimento em suspenso.

Este tem de ser um efetivo desconfinamento político, estratégico e económico, com um carater abrangente e suprapartidário, capaz de nos conduzir ao caminho da retoma da economia. É preciso unir o País em torno do desafio de reativar o tecido empresarial e de acompanhar uma estratégia europeia que está a apostar no investimento e, em particular, no setor da construção e do imobiliário para liderar este processo.

Ao nível do investimento privado, e em especial, do imobiliário, leis que assentaram num cenário de controlo de um suposto investimento excessivo em determinados segmentos, deixaram de fazer qualquer sentido. Neste momento, é um imperativo relançar o mercado e voltar a atrair investidores

Este tem de ser um efetivo desconfinamento político, estratégico e económico, com um carater abrangente e suprapartidário, capaz de nos conduzir ao caminho da retoma da economia

nacionais e estrangeiros, pelo que é necessário fazer o oposto do que vinha a ser seguido e assegurar a competitividade de Portugal à escala internacional, criar incentivos e assegurar a estabilidade e a confiança.

No que diz respeito ao investimento público, é evidente que o nosso País não pode ficar à margem da restante Europa e precisa de concretizar os projetos que há muito estão identificados como imprescindíveis e acelerar todo o planeamento e calendarização dos investimentos que nos podem manter competitivos e alinhados com as metas da sustentabilidade e da competitividade que foram assumidas na Europa. Porém, como temos dito, é necessário, ao mesmo tempo, capacitar o tecido empresarial nacional. As empresas devem ser apoiadas para se poderem posicionar e concretizar os investimentos previstos e a formação profissional deve contribuir para a reconversão da mão-de-obra excedentária de outras atividades que, no curto prazo, continuarão em dificuldades.

Note-se que, não basta ser efetivo a captar o investimento privado, a planejar os investimentos públicos mais adequados e a maximizar o acesso aos recursos financeiros europeus, é necessário rapidez, porque todos os países vão competir por um posicionamento mais atrativo. E, de igual modo, tem de se estabelecer as bases para um consenso político nacional que garanta a confiança dos investidores.

De nada serve desconfinar as pessoas, se mantivermos a economia e o emprego suspenso. A retoma da economia não pode ficar confinada a discussões teóricas ou a estratégias político-partidárias.